

O IMPACTO DAS FAKE NEWS NO REFORÇO DE ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E NA PERPETUAÇÃO DE VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS

Maria Silvia Ferreira Alves de Oliveira[1]

RESUMO
Este trabalho investiga como as fake news contribuem para a reprodução de estereótipos de gênero e para a perpetuação de violências simbólicas contra as mulheres, evidenciando o papel da Educação Midiática como ferramenta de empoderamento e pensamento crítico. A disseminação de informações falsas tem um impacto significativo na formação da opinião pública e nas dinâmicas sociais, especialmente quando essas narrativas são estruturadas a partir de discursos que reforçam desigualdades históricas. O estudo foi realizado em um contexto de educação não formal, em uma sala de aula virtual, envolvendo mulheres de 20 a 65 anos participantes de um curso de empreendedorismo feminino com artesãs do Centro Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. As participantes foram convidadas a integrar uma oficina de Educação Midiática, na qual foram analisadas fake news compartilhadas em redes sociais e aplicativos de mensagens.

PALAVRAS-CHAVE: Fake News; estereótipos de gênero; violências simbólicas; educação midiática; cidadania digital.

A propagação de fake news tem se tornado um fenômeno crescente na sociedade contemporânea, impactando diretamente a percepção pública sobre diversos temas, incluindo questões de gênero. A desinformação não apenas distorce fatos, mas também reforça estereótipos que perpetuam desigualdades históricas e sustentam violências simbólicas contra as mulheres. Esse contexto torna-se ainda mais preocupante quando se observa que essas narrativas são amplamente disseminadas por meio das redes sociais e aplicativos de mensagens, alcançando grandes públicos e influenciando decisões políticas, sociais e culturais.

Diante desse cenário, este estudo busca analisar o impacto das fake news na reprodução de estereótipos de gênero, destacando como essas narrativas contribuem para a manutenção de discursos misóginos e para a limitação das possibilidades de atuação social das mulheres. Além disso, evidencia-se o papel da Educação Midiática

[1] Educadora Popular. Especialista em Educomunicação. Mestranda em Desenvolvimento e Periferias na USU. E-mail:mariasilviaoliveirabr@gmail.com

como ferramenta essencial para a construção de uma cidadania digital crítica e emancipatória. A partir de uma experiência em educação não formal, realizada em uma oficina com mulheres empreendedoras, o estudo investiga como a alfabetização digital pode capacitar esse público a identificar, questionar e combater a desinformação de maneira ativa e consciente.

A análise foi conduzida com base na teoria da violência simbólica de Pierre Bourdieu, que explicita como estruturas de domínio se perpetuam através de mecanismos sutis de imposição e naturalização de desigualdades. A interseccionalidade, conceito formulado por Kimberlé Crenshaw, foi utilizada para compreender como esses discursos afetam as mulheres de maneira diferenciada, considerando variáveis como classe social e raça. Além disso, a pedagogia crítica de Paulo Freire orientou a dinâmica da oficina, promovendo um diálogo participativo para que as mulheres pudessem refletir sobre os impactos das fake news em suas vidas e desenvolver estratégias para combatê-las.

Durante a oficina, foram analisados diversos exemplos de fake news que impactam negativamente a percepção sobre as mulheres. Entre eles, destacam-se casos de notícias falsas envolvendo lideranças femininas, como a difusão de informações inverídicas sobre candidatas políticas, como Manuela D'Ávila e Dilma Rousseff, cujas imagens foram manipuladas para transmitir mensagens enganosas sobre corrupção e incompetência. Também foram observadas fake news que reforçam estereótipos de gênero, como a propagação da ideia de que mulheres são emocionalmente instáveis ou menos capazes de exercer cargos de poder.

Outro exemplo recorrente envolve fake news sobre direitos reprodutivos e maternidade, como a circulação de informações falsas sobre o aborto legal, insinuando que políticas de saúde pública promovem a interrupção de gestações de maneira indiscriminada. Essas narrativas impactam diretamente a vida das mulheres, pois contribuem para a formulação de opiniões baseadas em desinformação, que, por sua vez, influenciam decisões políticas e sociais.

Os resultados indicam que as fake news frequentemente retratam as mulheres de maneira estereotipada, reforçando ideias de fragilidade, emocionalidade exacerbada e incompetência para determinadas funções, especialmente em contextos de liderança e política. Além disso, discursos misóginos são amplificados através da desinformação, contribuindo para a exclusão social e profissional das mulheres. A ausência de



pensamento crítico diante desses conteúdos pode consolidar percepções preconceituosas, limitando a atuação feminina em diferentes esferas da sociedade. Algumas participantes relataram que já haviam compartilhado fake news sem perceber a conotação machista embutida nelas, o que reforça a necessidade de uma educação midiática mais acessível.

A oficina proporcionou um espaço de troca e reflexão, onde as mulheres puderam relatar suas experiências com fake news e seu impacto em suas vidas. Uma das participantes, destacou como sentiu na pele a disseminação de desinformação quando sua loja online foi alvo de notícias falsas que questionavam sua capacidade de gerenciar o próprio negócio por ser mãe solo. Já, outra participante, compartilhou que, antes da oficina, acreditava em algumas narrativas sobre mulheres em cargos de liderança, mas percebeu como esses discursos são construídos para desacreditá-las. "Eu nunca tinha parado para pensar em como essas notícias moldam o que a gente acredita sobre as mulheres, principalmente as que tentam ocupar espaços de poder", afirmou.

A alfabetização midiática demonstrou ser um instrumento essencial para capacitar mulheres a identificar e desconstruir narrativas falsas. A partir da oficina, algumas participantes relataram mudanças em sua percepção crítica sobre o conteúdo consumido e disseminado em suas redes. Esse aprendizado pode ser um diferencial no combate à desinformação e no fortalecimento da representatividade feminina em diversos setores da sociedade. Além disso, destaca-se a importância de políticas públicas voltadas à regulação da disseminação de fake news e à proteção de mulheres que são alvos frequentes desse tipo de ataque.

No contexto legislativo, diversos países têm implementado iniciativas para combater a disseminação de fake news e mitigar seus impactos. No Brasil, por exemplo, tramitam projetos como o PL das Fake News (PL 2630/2020), que busca regulamentar a atuação de plataformas digitais e garantir maior transparência na divulgação de conteúdos. Além disso, organismos como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) têm adotado medidas para combater a desinformação durante os períodos eleitorais, protegendo candidatas e garantindo um ambiente democrático mais equitativo. Outra iniciativa relevante é o Programa de Enfrentamento à Desinformação, que busca fortalecer a educação midiática e incentivar a checagem de fatos como prática cotidiana da cidadania digital.

Diante desse cenário, a Educação Midiática surge como um mecanismo essencial para a construção de uma cidadania digital ativa e consciente. A alfabetização digital permite que as mulheres desenvolvam habilidades para identificar e questionar informações falsas, além de estimular a produção de narrativas que desafiem os estereótipos e promovam a equidade de gênero. Assim, conclui-se que iniciativas educativas nesse campo são fundamentais para fortalecer o protagonismo feminino e combater a desinformação de maneira crítica e emancipadora. Além disso, políticas públicas voltadas à regulação da disseminação de notícias falsas e à proteção de vítimas desse fenômeno são fundamentais para minimizar seus impactos.

Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos sobre Interseccionalidade*. Washington, D.C., 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Programa de Enfrentamento à Desinformação*. Disponível em: https://www.tse.jus.br. Acesso em: 03 mar. 2025.